

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.402 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2001

## Estatais não poderão ser privatizadas com acervo cultural

Projeto de Lúcio Alcântara, aprovado pela Comissão de Justiça do Senado, prevê tombamento de bens culturais e sua transferência para o patrimônio histórico e artístico da União antes da venda das empresas para a iniciativa privada

PÁGINA 3

## Reforma do Judiciário recebe 248 emendas na Comissão de Justiça

Encerrado o período de discussão, CCJ marca votação para quarta-feira. Francelino, Marluce e Tuma elogiaram trabalho de Cabral, que favoreceu apresentação de grande número de sugestões para aperfeiçoamento da proposta



A proposta de reforma do Judiciário recebeu 248 emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que encerrou a discussão da matéria nesta semana e marcou sua votação para a próxima quarta-feira. Os senadores Francelino Pereira, Marluce Pinto e Romeu Tuma elogiaram o trabalho do relator Bernardo Cabral e a metodologia por ele adotada, que favoreceu a apresentação de um grande número de emendas. Cabral afirma que as mudanças que se seguirão à reforma vão permitir maior rapidez nos trabalhos da Justiça.

PÁGINA 3

Cabral presidiu a reunião da CCJ que marcou na quarta-feira o encerramento da discussão da reforma do Judiciário e prometeu analisar "cuidadosamente" cada uma das emendas apresentadas

## Marina anuncia audiência para debater acesso à biodiversidade

PÁGINA 4

## Importação de petróleo deve ter nova tributação

PÁGINA 3

## Mozarildo e Lobão pedem providências contra biopirataria

A necessidade de o Brasil combater os biopiratas que retiram material genético encontrado nos ecossistemas do país foi apontada pelo senador Mozarildo Cavalcanti. Ele recebeu apoio do senador Edison Lobão, que se disse "estarecido" com as denúncias.

PÁGINA 4



Mozarildo: 97% das patentes na área de biotecnologia pertencem a estrangeiros

## Robinson assume no Senado a vaga de Ney Suassuna

Ao tomar posse na vaga do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que se afastou para assumir o Ministério da Integração Nacional, o advogado e em-



Robinson Viana (PMDB-PB) anunciou que buscará desenvolver projeto de geração de emprego e renda que privilegie a exploração econômica do mar. Ele acrescentou que o Brasil possui grandes possibilidades para explorar a pesca e a aquicultura.

O novo senador também agradeceu o gesto de Suassuna, que, na sessão da terça-feira, o apresentou ao Plenário. Além disso, o novo senador saudou o governador da Paraíba, José Maranhão, cujo projeto político disse pretender apoiar.

## Quintanilha diz que é o momento de integrar bacias

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) considerou a posse de um paraibano, Ney Suassuna, como ministro da Integração Nacional a oportunidade ideal para a retomada do projeto de interligação das bacias dos rios Tocantins e São Francisco. O projeto, disse, possibilitará a transposição das águas do São Francisco para estados nordestinos que não são banhados por ele — Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Piauí.

O senador lembrou que a crise energética atrapalhou projetos de desenvolvimento do Nordeste, ao obrigar a região a enfrentar o racionamento de energia e a possibilidade dos "apagões". Como o Brasil é maior do que suas crises, já se vislumbra o final do problema de energia, abrindo o caminho para o retomada do projeto de integração das bacias, disse.

# Valadares: decreto sobre salário afronta Constituição

Senador identifica medida como parte de "pacotão" que governo está baixando para coibir movimento reivindicatório no serviço público

O decreto estabelecendo que as folhas de pagamento dos servidores públicos só podem ser processadas com autorização do presidente da República, publicado no *Diário Oficial* da União de quarta-feira, é, na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), uma afronta do governo federal à Constituição e um ato discriminatório sem precedentes. A medida tem a finalidade de diminuir o poder de pressão de categorias de servidores públicos em greve, segundo Valadares.

— Diante de sua incapacidade de resolver a greve dos professores e servidores das universidades, o governo resolveu adotar uma estratégia de retaliação, inconstitucional segundo os juristas. Nem na época do governo militar o presidente chamou para si a autorização para pagamento dos servidores. O presidente mostra uma face oculta que não res-



Segundo Valadares, nem no regime militar presidente avocou autorização para pagamento de servidores

peita nem a Constituição de 1988 — afirmou o senador, citando o art. 9º da Constituição, que assegura o direito de greve.

Valadares identificou a medida como parte de um "pacotão" que o governo está baixando para coibir qualquer movimento reivindicatório no serviço público federal. Em vez de reconhecer o direito dos servidores e pôr fim a movimentos pacíficos, o governo prefere submeter-se a interesses

internacionais e oferecer um aumento "irrisório" de 3,5% em 2002, afirmou.

O senador citou declaração do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, para quem o decreto "é no mínimo um desapeço à Justiça e fere todos os compêndios éticos. Trata-se de um ato de força, que cria um clima de insegurança jurídica, incompatível com o estado democrático de direito". Valadares também destacou que, segundo matéria do jornal *Correio Braziliense*, diversos juristas consideram que, com a medida, o governo tenta "fraudar a Constituição, ao estabelecer prazo de 30 dias para duração de greve".

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ficar preocupado com uma volta à época em que decretos eram baixados ao bel-prazer dos governantes, proibindo até estudantes de se reunirem.

## Maldaner cobra fim da greve de servidor da Previdência

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou do governo uma solução para pôr fim à greve dos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que já dura 80 dias. Ele chamou atenção para os prejuízos que o movimento tem trazido à sociedade.

— A greve vem acarretando o sofrimento de muita gente — disse o senador, ao lembrar que a concessão de benefícios como o auxílio-maternidade e aposentadoria se encontram bloqueados.

Maldaner sugeriu a criação de comissões nas agências do instituto, para atender os casos de maior urgência.

## Suplicy quer mudar regra para a escolha de ministro do STF

Proposta de emenda constitucional do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) altera o critério de escolha, pelo presidente da República, de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele explicou que o objetivo é evitar controle de natureza política do STF.

Pela proposta, a escolha de ministro do Supremo seria feita alternadamente entre juízes dos tribunais regionais federais, desembargadores dos tribunais de



O objetivo da emenda de Suplicy é evitar controle político do Supremo

Justiça, advogados e membros do Ministério Público, por meio de lista tríplice. Os indicados seriam nomeados após aprovação prévia do Senado por maioria absoluta do Senado.

Eduardo Suplicy registrou o atendimento de pedido que fez ao então ministro da Justiça, José Gregori, para que o governo custeasse as despesas da viagem de Maria Célia Vargas, que precisava ir à França para buscar o filho, seqüestrado pelo pai francês, em 1986.



Álvaro Dias: 30 mil pessoas proclamaram a paz mundial, em oposição ao "falso alarmismo"

## Álvaro critica a ausência de FHC em ato pela paz

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso por não ter comparecido nem enviado representante ao Espetáculo de Paz, promovido no último domingo (11), em Foz do Iguaçu, pela comunidade da tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai).

Cerca de 30 mil pessoas representando 65 etnias diferentes, proclamaram, em diversas línguas, a paz mundial — em oposição "ao falso alarmismo" de autoridades internacionais que denunciam a existência de narcotraficantes e terroristas naquela região.

Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou, em aparte, seu apoio ao governo americano no que se refere à retaliação contra o governo do Afeganistão por haver dado suporte ao terrorista Osama Bin Laden. Lauro Campos (PDT-DF) apontou a importância da guerra para o metabolismo capitalista. Heloísa Helena (PT-AL) disse que a ação dos norte-americanos naquela região da Ásia é "mais um lance da disputa pelas grandes reservas petrolíferas que se encontram no subsolo daqueles países".

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

### Autorizado crédito externo para Pernambuco

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira projeto de resolução autorizando o governo de Pernambuco a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 30,1 milhões, para financiamento parcial da segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR-II). Avalizada pela União, a operação vai viabilizar a implantação de projetos de infra-estrutura e de serviços de consumo coletivo em comunidades carentes. A matéria vai agora à promulgação.

Também foi aprovado projeto da Câmara que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, a instituição terá a atribuição de promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos botânicos e a flora brasileira, além de auxiliar na elaboração da política nacional de biodiversidade e de acesso a materiais genéticos.

### Teste de DNA gratuito pode ser reexaminado

A discussão em turno único do projeto da Câmara que garante a realização de exame de DNA gratuito para pessoas de baixa renda foi suspensa, na quarta-feira, em função de requerimento do líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), solicitando a apreciação prévia da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos. O pleito de Távola gerou divergências, o que levou ao adiamento da votação do requerimento para a próxima terça-feira.

Autor de parecer favorável à matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) também havia apresentado requerimento propondo seu reexame. Segundo ele, a intenção era que a comissão decidisse sobre quem arcaria com o custo do exame declarado gratuito.

### Votação de acordos internacionais fica para terça-feira

Encerrada a fase de discussão em turno único, foi adiada para a sessão plenária de terça-feira a votação de dez projetos de decreto legislativo (PDLs), dos quais quatro referem-se a acordos celebrados entre o governo brasileiro e nações estrangeiras e seis a atos autorizando a exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Todos os PDLs sobre acordos internacionais contam com parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a exemplo do firmado entre os governos do Brasil e da República Tcheca, em 1999.

# Proposta de reforma do Poder Judiciário recebe 248 emendas

Bernardo Cabral promete uma análise cuidadosa de todas as sugestões e marca para quarta-feira a votação de seu relatório final

Ao dar por encerrado, na quarta-feira, o período de discussão da proposta de emenda constitucional que promove ampla reforma no poder Judiciário, o relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcou para a próxima quarta a votação do seu parecer final. Foram encaminhadas 248 emendas à proposta, que serão "cuidadosamente analisadas", conforme Cabral.

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Romeu Tuma (PFL-SP) elogiaram o trabalho de Cabral e a metodologia por ele adotada, que favoreceu a apresentação de um grande número de emendas, recorde absoluto nos trabalhos das comissões. Para Francelino, a sistemática foi democrática e participativa.

Cabral adiantou que vai providenciar, junto ao diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, a impressão do relatório final, do qual constará o detalhamento de emenda por emenda, explicando, inclusive, os motivos pelos quais venha eventualmente a rejeitar alguma.

O senador disse que procurou, em seu trabalho, retirar a figura do relator do foco das atenções. Ao dar



Bernardo Cabral recebeu elogios de Francelino Pereira pela sistemática "democrática e participativa" adotada na apreciação da proposta

ao plenário da comissão acesso preliminar ao conteúdo do seu relatório — uma forma de dilatar ao máximo o prazo para a apresentação de emendas —, conseguiu-se, também, que várias instituições, entre elas os tribunais superiores e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), procurassem diferentes senadores para sugerir-lhes a apresentação de emendas, segundo seus interesses e entendimentos. Agora, salientou Cabral, o relator fica com plena liberdade para agir com absoluta isenção, acatando as sugestões que, no seu entendimento, contribuam, de

fato, para aprimorar o Judiciário.

Bernardo Cabral observou ainda que, apesar das expectativas criadas em torno da emenda constitucional, não se deve esperar que o novo texto resolva de pronto todos os problemas do Judiciário. Entretanto, as mudanças representarão, no seu entendimento, o primeiro passo para que, em seguida, sejam promovidas alterações infraconstitucionais. Estas, sim — explicou Cabral —, de fato vão, por exemplo, imprimir maior rapidez aos trabalhos da Justiça, evitando que processos se arrastem por anos.

## Comissão aprova mudança constitucional que permite tributar combustível importado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na quarta-feira, proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa do Poder Executivo, que permite a cobrança de nova tributação federal e estadual sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e álcool carburante. A medida, segundo o seu relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), poderá gerar acréscimo de receita da ordem de R\$ 6 bilhões para o próximo ano.

A proposta altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição, dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas poderão incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis em geral.

Ao comentar a matéria, o senador



Jucá diz que PEC poderá gerar acréscimo de receita de R\$ 6 bilhões no próximo ano

Jefferson Péres (PDT-AM) disse estar cada vez mais claro que foi um erro cometido pelos constituintes, em 1988, inserir na Constituição a extinção do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos.

Segundo o parecer do relator, com a proximidade da total liberalização do mercado nacional do petróleo e seus derivados e do gás natural, tor-

### Projeto exclui bens culturais da privatização

As empresas estatais não poderão mais ser privatizadas com os bens culturais móveis e imóveis que eventualmente estejam em seu poder. Antes da privatização, terá de acontecer um tombamento desses bens que, em seguida, serão desincorporados da empresa, para integrar o acervo histórico e artístico da União. Projeto de lei nesse sentido, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do relator, senador Bello Parga (PFL-MA).

O projeto de Alcântara já foi aprovado anteriormente pela CCJ e seguiu para a Câmara, onde foi analisado por três comissões, sendo devolvido ao Senado por ter recebido emenda "para sanar vício de juridicidade" — explica o relator.

#### RESERVAS INDÍGENAS

Foi aprovado também na CCJ projeto de decreto legislativo que autoriza o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na região de Ponte de Pedra, no estado de Mato Grosso, para a construção de uma usina hidrelétrica. A comissão rejeitou emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que considerava a iniciativa inconstitucional.

A CCJ aprovou ainda, com parecer favorável de Lúcio Alcântara, requerimentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL). O de Suplicy solicita ao ministro da Fazenda informações sobre a mudança para adaptar os cálculos da dívida externa brasileira às normas internacionais e os novos critérios referentes aos empréstimos entre matrizes e filiais de empresas estrangeiras que possam ser classificados como investimentos diretos. O de Heloísa Helena solicita informações ao ministro da Fazenda sobre o perfil da dívida do setor agropecuário, a partir de 1990.



Projeto de Alcântara preserva bens culturais que estejam em poder de estatais sujeitas a privatização

Paulo Souto: Conama está demorando para regulamentar o setor



## Souto cobra decisão sobre aquícultura

O senador Paulo Souto (PFL-BA) cobrou uma decisão rápida do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) sobre a regulamentação dos pré-requisitos necessários à instalação de viveiros para aquícultura (criação de plantas e animais aquáticos). Segundo disse, a questão ambiental está impedindo a expansão do setor, especialmente nos municípios baianos de Valença e Jandaíra, onde já existem 1,6 mil hectares de viveiros implantados e mais 100 mil hectares propícios para a instalação de outros.

Souto revelou que a empresa estatal BahiaPesca realizou estudos e já existem empresários interessados no investimento. Disse ainda que a maioria dos viveiros pertence a pequenos produtores que têm conseguido renda mensal média de R\$ 6 mil. Além disso, prosseguiu, o setor responde hoje por exportações no valor de US\$ 70 milhões por ano, pois foi beneficiado pelas pragas e doenças que atingiram outros países exportadores, como a Tailândia, China e Equador. "Estamos conquistando esse importante mercado internacional e temos perspectivas notáveis de crescimento", afirmou.

Souto também anunciou que participaria ontem, em Valença, do 1º Festival do Camarão, para debater com produtores as possibilidades de expansão do setor.

### SANTA CATARINA

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou o sucesso da experiência catarinense com a criação de mariscos e ostras, que classificou como "reforma agrária no mar". Ele manifestou sua esperança na aquícultura como fornecedora de alimentos à população. E assinalou que o Brasil tem uma grande variedade de peixes graças às diferenças climáticas entre as regiões. "Se adotássemos como meta produzir uma tonelada por habitante, poderíamos oferecer alimentos ao mundo em troca de equipamentos sofisticados que necessitamos."

# Mozarildo quer CPI sobre biopirataria na Amazônia

Material genético recolhido irregularmente na região está sendo transformado em lucros milionários para grupos estrangeiros, disse

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou sobre a necessidade de o Brasil combater os biopiratas que estão retirando material genético dos ecossistemas do país. O material, disse, está sendo transformado, após pesquisas no exterior, em medicamentos capazes de gerar milhões de dólares de lucros para grupos farmacêuticos internacionais. Mozarildo fez apelo ao Senado para que seja instalada comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigaria a biopirataria. E pediu ao ministro da Saúde, José Serra, maior atenção ao assunto.

Segundo o senador, 97% das patentes registradas no Brasil na

área de biotecnologia são de empresas ou inventores estrangeiros. Ele destacou que, com a tecnologia atual, um pesquisador não precisa de equipamento volumoso nem de grande quantidade de matéria-prima para obter o perfil farmacológico de uma planta.

— Uns poucos gramas dessa planta servem para essa finalidade. Basta consultar certas publicações científicas para obter a comprovação de que os cientistas estrangeiros possuem estudos adiantados sobre plantas amazônicas que nós, brasileiros, ainda não começamos a estudar. Há exemplo de artigo apresentado em congresso científico por pesqui-

sadores japoneses avaliando as propriedades de 64 plantas medicinais da Amazônia — afirmou.

A região amazônica, disse, vem recebendo há alguns anos muitas expedições à procura de material genético que pode ser obtido da seiva de árvores, da química dos insetos e do veneno das plantas. Na avaliação do senador, esse patrimônio genético "é uma riqueza maior" do que as madeiras nobres e as reservas de ouro e de outros metais preciosos da região. "Afinal, 23% de todas as espécies conhecidas no mundo estão no Brasil, para não mencionar milhares e milhares de outras que não foram sequer catalogadas."

## "É preciso responsabilidade com o futuro", diz Lobão

As denúncias de biopirataria praticada por laboratórios estrangeiros em florestas brasileiras, feitas pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), receberam apoio do senador Edison Lobão (PFL-MA). "A Floresta Amazônica



Lobão: recursos naturais não podem ser entregues ao estrangeiro

ou tem sido devastada ou tem sido negligenciada. Não podemos permitir que esses recursos naturais sejam entregues ao estrangeiro", afirmou. Ele lembrou que, em passado recente, florestas foram devastadas e, em seguida,

as áreas correspondentes foram submetidas a projetos de reflorestamento financiados pelo governo.

Depois de citar informação de Mozarildo de que 97% das patentes registradas no Brasil na área de biotecnologia são de empresas e inventores estrangeiros, Lobão afirmou que "é preciso ter responsabilidade com o futuro dos nossos descendentes, sob o risco de retrocedermos em nosso desenvolvimento".

Lembrando viagem que fez ao

Estados Unidos, Lobão revelou que, em visita a um centro de pesquisa médica da Fundação John Hopkins, encontrou um médico pernambucano na direção da entidade que está examinando plantas com propriedades medicinais. Segundo ele, o médico foi trabalhar naquele país porque não encontrou apoio no Brasil.

— É preciso cuidar para que retomemos o tempo perdido e não deixemos que estrangeiros utilizem nossas florestas quando nós deveríamos fazê-lo. Essas pesquisas podem ser feitas aqui mesmo e gerar remédios que poderiam ser exportados para todo o mundo.

## Marina Silva anuncia audiência pública sobre biodiversidade

A senadora Marina Silva (PT-AC) comunicou ao Plenário que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará na quarta-feira, às 9h, audiência pública intitulada "Diálogo sobre o acesso à biodiversidade", que reunirá representantes da sociedade civil e dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para discutir a legislação sobre o assunto.

A audiência será dividida em duas partes. Na primeira, participarão da mesa os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho,

da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, além do senador Osmar Dias (PDT-PR). Na segunda mesa estarão técnicos do Executivo, procuradores do Ministério Público e representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e de comunidades indígenas.

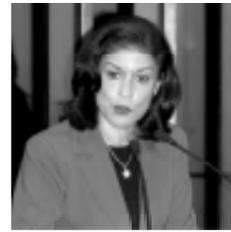
Marina Silva também comentou a medida provisória editada pelo governo sobre a biodiversidade. Segundo disse, a MP é inadequada, por "não impor qualquer tipo



Marina aponta falhas na MP sobre biodiversidade

de sanção a quem pratica a biopirataria", entre outras deficiências. A senadora afirmou ainda que, na medida provisória, não há referência aos instrumentos do governo para fiscalizar o cumprimento da legislação.

Outro erro apontado é o fato de a MP "ter atropelado" projetos que tratam do tema e estão em tramitação no Congresso.



Para Emilia Fernandes, CPI está servindo para atacar governo do PT

## Emilia questiona a finalidade de CPI gaúcha

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) da segurança pública, criada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, "foi transformada em instrumento de denúncias vazias e ilações servindo, unicamente, para atacar o governo democrático e popular do governador Olívio Dutra", afirmou a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Em sua avaliação, a CPI é política e destinou-se a "estancar o avanço" do projeto que está em desenvolvimento no estado, "marcado pela participação popular, pelo crescimento econômico e por políticas de inclusão social da maioria da população".

Para a senadora, a CPI, criada, "com o objetivo de envolver o PT com o jogo do bicho", não encontrou respaldo nem mesmo na população.

## Valadares ressalta movimento pela ética em Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) divulgou documento da Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro em apoio ao Movimento pela Ética que se realiza em Aracaju (SE). O movimento reúne estudantes e representantes da Igreja Católica, sindicatos e partidos políticos que reivindicam "o combate à corrupção, uma solução mais justa para a crise de energia e a contribuição de todos na luta pela paz no mundo".

Segundo Valadares, o documento pede a investigação dos gastos "exorbitantes e irresponsáveis" com propaganda realizados pelo governo Albano Franco — "uma verdadeira farra feita com dinheiro público", segundo o texto — e de outros indícios de corrupção, como "privilegios e desvio de gastos de sua função específica". São irregularidades que, na avaliação do partido, agravam o quadro de exclusão social e de pobreza.

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti e João Alberto Souza